

## A INSERÇÃO DE JOVENS MULHERES NA GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS E OS INCENTIVOS FAMILIARES PARA A SUCESSÃO GERACIONAL

Camila Weber<sup>1</sup>, Adriano Lago<sup>2</sup>, Rosani Marisa Spanevello<sup>3</sup>, Tailini Soares Botene<sup>4</sup>

**Resumo:** A inserção das mulheres na gestão e nos processos de tomada de decisão no meio rural tem ganhado crescente destaque no debate acadêmico e social contemporâneo. Esse movimento reflete as transformações em curso no espaço rural, especialmente a gradual superação do paradigma histórico que atribuía exclusivamente aos filhos homens a responsabilidade pela sucessão nas propriedades rurais. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva identificar as características de jovens mulheres que estão inseridas em atividades de gestão de propriedades rurais no Rio Grande do Sul e analisar os incentivos familiares que elas recebem para o processo de sucessão geracional. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi elaborada uma entrevista, a qual foi realizada com jovens mulheres associadas a Cooperativas dos seguimentos de Carnes, Grãos e Leite, que possuíam características de sucessoras ou potenciais sucessoras rurais. Os resultados demonstram, além da caracterização do perfil dessas jovens, o grau de inserção das jovens mulheres nas atividades desenvolvidas nas propriedades rurais de suas famílias, bem como os incentivos que elas recebem para permanecerem na propriedade e assumirem a sucessão geracional. Os achados revelam que, embora a maioria das jovens receba incentivos familiares (sobretudo bens simbólicos e autonomia), a inserção na gestão de topo ainda é parcial, predominando a divisão de decisões e uma forte vinculação com a atividade leiteira.

**Palavras-chave:** Gestão. Propriedades rurais familiares. Gênero.

---

1 Doutoranda em Agronegócios na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: [camyllaweber@gmail.com](mailto:camyllaweber@gmail.com)

2 Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor Titular na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: [adrianolago@yahoo.com.br](mailto:adrianolago@yahoo.com.br)

3 Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora Titular na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: [rosani.spanevello@ufsm.br](mailto:rosani.spanevello@ufsm.br)

4 Doutoranda em Agronegócios na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: [tailini.botene@acad.ufsm.br](mailto:tailini.botene@acad.ufsm.br)

# THE INCLUSION OF YOUNG WOMEN IN THE MANAGEMENT OF RURAL PROPERTIES AS PREPARATION FOR GENERATIONAL SUCCESSION

**Abstract:** The inclusion of women in management and decision-making processes in rural areas has gained increasing prominence in contemporary academic and social debate. This movement reflects the ongoing transformations in rural spaces, especially the gradual overcoming of the historical paradigm that exclusively attributed responsibility for succession on rural properties to sons. In this sense, this research aims to identify the characteristics of young women involved in the management of rural properties in Rio Grande do Sul and to analyze the family incentives they receive for the generational succession process. To develop the research, an interview was conducted with young women associated with cooperatives in the meat, grain, and dairy sectors who possessed characteristics of rural successors or potential successors. The results demonstrate, in addition to characterizing the profile of these young women, the degree of their involvement in the activities developed on their families' rural properties, as well as the incentives they receive to remain on the property and assume generational succession. The findings reveal that, although most young women receive family support (especially symbolic goods and autonomy), their integration into top management is still partial, with a predominance of shared decision-making and a strong connection to dairy farming.

**Keywords:** Management. Family-owned rural properties. Gender.

## 1 INTRODUÇÃO

A inserção das mulheres nas ações decisórias no meio rural, mesmo que elas estejam presentes na maioria das atividades, ainda é restrita. Essa assimetria é amplamente documentada na literatura nacional, que aponta como a divisão sexual do trabalho tradicionalmente relega as funções gerenciais e a titularidade patrimonial aos homens, subestimando a atuação feminina como mero “auxílio” doméstico ou produtivo (Brumer, 2004; Spanevello, 2008). Em razão disso, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, o seu reconhecimento enquanto agente de transformação e desenvolvimento rural vem sendo discutido. A ONU (Organização das Nações Unidas), ao alinhar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODS), pontua em seu terceiro item a necessidade de promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres (ONU, 2000), por entender que, no cenário mundial e na agricultura, a mulher ainda não recebe tal tratamento.

A dinâmica de diferença entre homens e mulheres está presente num contexto global e repercute até mesmo na obtenção de bens e serviços, oportunidades de trabalho, diferenciação salarial, entre outros tantos fatores. Embora dados históricos da FAO (2011) apontassem que as mulheres brasileiras eram proprietárias de apenas 12,7% das terras e recebiam até 30% menos do que os homens, o cenário atual mostra sutil evolução, mas mantém o desafio estrutural: de acordo com os dados consolidados do Censo Agropecuário de 2017, as mulheres passaram a comandar cerca de 18,7% dos estabelecimentos rurais no país, persistindo severas disparidades de renda e de acesso ao crédito e à assistência técnica oficial nas diferentes regiões geográficas (IBGE, 2019).

Segundo Brumer (2004), existem desigualdades de gênero atribuídas principalmente às mulheres mais jovens no meio rural, as quais ocupam posições de subordinação dentro das propriedades familiares no momento da distribuição das atividades na propriedade rural, no poder de gerenciamento e na transmissão da terra, sendo posicionadas abaixo do

gênero masculino, tendo assim menor perspectiva para permanecer no meio rural, menos vontade e motivação de exercer a profissão de agricultora.

Somando-se a essa vertente, Spanevello (2008) e Matte *et al.* (2019) reforçam que a invisibilidade do trabalho feminino opera como um dos principais vetores de exclusão na linha sucessória rústica, limitando as aspirações profissionais das filhas e empurrando-as em direção ao êxodo rural precoce.

No contexto da sucessão geracional, historicamente, o processo de sucessão dentro da agricultura seguiu tradições e culturas que beneficiavam os filhos homens mais velhos, criando configurações até mesmo adversas à lei quando acabava excluindo uma parcela de herdeiros, principalmente as mulheres, para alcançar o intento de transferir a sucessão ao filho homem mais velho (Kischener; Kiyota; Perondi, 2015).

A sucessão ocupa um papel central na reprodução social no contexto rural, pois o patrimônio é um meio de transações econômicas que serve para a sobrevivência ou a obtenção de renda e um sustentáculo da própria estruturação da vida familiar rural. Sua especificidade é primordial no que se refere ao caráter e à harmonia familiar, tanto no trabalho realizado no campo quanto na sua gestão, pois sua dimensão não permite que ocorra uma divisão desse segmento agrícola, sendo inviável economicamente a dependência de mais de uma família desse meio, ou seja, não deve ocorrer uma divisão entre dois ou mais sucessores por unidade (Abramovay *et al.*, 1998).

Contudo, a migração para o urbano é influenciada pelas condições de prospecção de melhoria de vida que a cidade apresenta. O jovem sente-se motivado a migrar para o urbano em busca de remuneração fixa e de direitos trabalhistas, oportunidades de trabalho menos penosas e mais rentáveis e, conseqüentemente, com a obtenção de renda terá acesso a opções de lazer e de prover sua independência. Savian ainda ressalta que o acesso à educação é determinante, pois ele impulsiona sequencialmente o acesso aos demais fatores, como trabalho, renda e lazer (Savian, 2014).

Savian ainda ressalta que o acesso à educação é determinante, pois ele impulsiona sequencialmente o acesso aos demais fatores, como trabalho, renda e lazer (Savian, 2014). Pesquisas focadas na realidade do Rio Grande do Sul (como Ramos, Angnes e Costa, 2018; Matte *et al.*, 2019) demonstram que, além da busca por autonomia financeira, a penosidade do trabalho agrícola e a falta de autonomia nas decisões familiares figuram entre os principais determinantes para a migração juvenil rumo aos centros urbanos do estado.

Relativamente à realidade cotidiana de jovens rurais, um estudo realizado no Brasil com seis famílias de produtores rurais fumicultores, demonstra que, ao entrevistar os possíveis sucessores, com idades de 15 a 30 anos e que frequentaram ou ainda frequentam a escola no meio urbano, os jovens declaram que seus pais não lhes permitem tomar decisões junto às atividades rurais, cabendo-lhes apenas as tarefas impostas, o que os afasta da ideia de gerenciar futuramente a propriedade rural. Ao entrevistar os pais, os autores verificaram que eles deixam evidente nas suas falas que a gerência das propriedades pertencem a eles (Ramos; Angnes; Costa, 2018).

Nesse viés, a sucessão é alcançada no momento em que o filho assume o lugar do pai na propriedade rural e essa condição pode ser entendida como o resultado das condicionantes

sociais e econômicas existentes dentro de cada unidade familiar. Essas condicionantes representam restrições ou oportunidades ao processo sucessório dos filhos e são atribuídas conforme a obtenção de recursos econômicos e reconhecimento das ações realizadas no meio rural. Elas ainda influenciam na transmissão do patrimônio dos agricultores e, em especial, se vai existir ou não sucessor para tal dinâmica (Spanevello, 2008).

Nesse sentido, reunindo assuntos como a presença da mulher no meio rural e a sucessão geracional, o presente estudo objetiva identificar as características de jovens mulheres que estão inseridas em atividades de gestão de propriedades rurais no Rio Grande do Sul e analisar os incentivos familiares que elas recebem para o processo de sucessão geracional.

O presente artigo está estruturado em quatro seções, sendo que após esta introdução, apresentam-se os aspectos metodológicos elencados para a realização deste estudo. A terceira seção dedica-se a discutir os resultados do estudo, contextualizando o perfil socioeconômico das jovens entrevistadas, o nível de envolvimento delas nas atividades diárias da propriedade e a natureza dos incentivos recebidos para a sucessão geracional. Por fim, apresentam-se as considerações finais, com ênfase nos principais achados oportunizados por este estudo e as limitações observadas.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Caracterização da Pesquisa e População-Alvo**

Os dados para o desenvolvimento do trabalho foram coletados junto às filhas de associados de Cooperativas de propriedades rurais dos seguimentos de carnes, grãos e leite localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Entendeu-se por jovens sucessoras, ou potenciais sucessoras, aquelas que já conduzem as atividades produtivas e de gestão das propriedades paternas de forma autônoma ou em conjunto com os seus pais. O recorte etário foi entre 18 e 30 anos de idade, considerado o período em que os projetos de vida já estão definidos ou em fase de definição, ou seja, as jovens já sabem se sairão da propriedade e migrarão para o urbano ou se permanecerão no meio rural.

### **2.2 Coleta e Instrumento de Pesquisa**

As informações referentes às famílias foram fornecidas pelas Cooperativas com base em seus bancos de dados e equipe técnica que atende aos respectivos associados. O local da pesquisa foi selecionado através de um levantamento e aceitação por parte das Cooperativas em participar da pesquisa, no sentido de identificação dos municípios de suas abrangências e com maior presença de jovens sucessores, sujeitos da pesquisa.

No que se refere à técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista, que é definida por Gil (2008) como uma forma de diálogo assimétrico, orientada por um objetivo definido para a obtenção de informações. No caso deste estudo, as entrevistas foram conduzidas face a face pela pesquisadora e outras integrantes do projeto de pesquisa e as perguntas

apresentaram-se de forma aberta ou fechada, contemplando os objetivos propostos pela pesquisa. Essa técnica permitiu captar não apenas dados objetivos sobre as propriedades, mas também as percepções subjetivas das jovens sobre sua inserção na gestão e na tomada de decisões.

O Quadro 1 demonstra a estrutura da entrevista elaborada para aplicação na pesquisa.

Quadro 1 – Objetivos e roteiro de entrevista

Objetivos específicos	Roteiro da Entrevista
1 - Identificar as características das propriedades rurais e do perfil das jovens mulheres sucessoras;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização – Em relação às jovens sucessoras;</li> <li>• Caracterização – Em relação à propriedade rural;</li> <li>• Em relação à sua participação na tomada de decisões na propriedade;</li> </ul>
2 - Realizar uma análise sobre o processo sucessório das jovens mulheres nas propriedades rurais;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em relação à sua participação na tomada de decisões na propriedade;</li> <li>• Em relação à sucessão geracional;</li> </ul>

Fonte: elaborado pelos autores.

Os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nos quais estão localizadas as Cooperativas junto das quais se obteve o contato das pessoas pesquisadas, bem como a população-alvo da pesquisa e a amostragem obtida no desenvolvimento do trabalho estão demonstrados na Figura 1.

Figura 1 – Municípios da pesquisa, população-alvo e amostra

Município	População-alvo	Amostra Mulheres
Estrela	05	01
Imigrante	01	-
Teutonia	22	04
Marata	02	01
Colinas	08	01
Paverama	01	-
Westfália	19	06
Poço das Antas	02	01
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>14</b>

Município	Público-alvo	Amostra Mulheres
Liberato Salzano	17	7
Novo Xingu	10	5
Sarandi	12	4
Rondinha	28	2
Constantina	13	1
Nova Boa Vista	14	1
Ronda Alta	15	1
Trindade do Sul	10	1
Engenho Velho	4	-
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>22</b>

Município	População alvo	Amostra Mulheres
Campo Novo	30	03
São Martinho	30	04
Sede Nova	26	05
Redentora	18	05
Coronel Bicaco	21	03
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>20</b>

Fonte: elaborada pelos autores (2025).

### 2.3 Técnicas de análise de dados

Para o procedimento de análise dos dados, empregou-se uma abordagem mista. Os dados quantitativos foram submetidos à estatística descritiva, com o auxílio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), visando a sistematização de frequências e percentuais sobre o perfil e a renda das propriedades. Simultaneamente, os dados qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo, técnica que permite a interpretação e a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens (Bardin, 2011). Esse procedimento foi essencial para relacionar os relatos das entrevistadas com o referencial teórico sobre sucessão e as disparidades de gênero no campo.

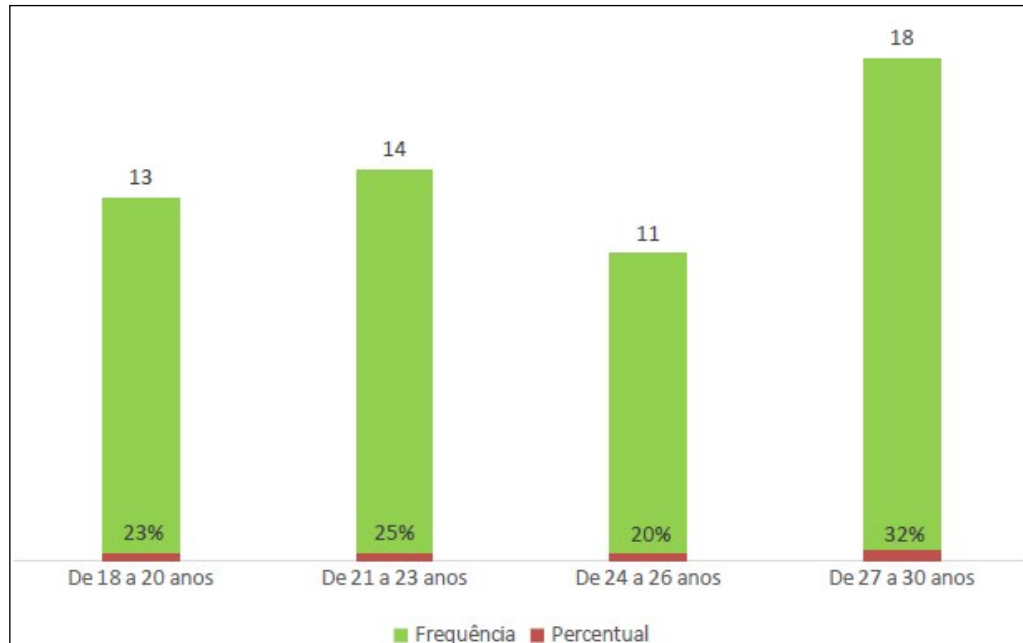
## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 Caracterização das jovens

As respondentes totalizam 56 jovens mulheres, distribuídas em 19 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, localizados em duas Mesorregiões Geográficas: a Região Centro Oriental, onde se localiza a cooperativa de carnes, e a Região Noroeste, onde se localizam as Cooperativas de grãos e de leite.

A Figura 2 apresenta a totalidade das jovens que participaram do estudo, divididas em faixas etárias, condicionadas à sucessão geracional das propriedades rurais.

Figura 2 - Idade das jovens sucessoras



Fonte: elaborada pelos autores dados da pesquisa de campo (2019).

Num contexto geral, percebe-se que o grupo pesquisado possui uma paridade etária. Porém, ao analisar os resultados das Cooperativas de forma independente, verifica-se que as jovens pertencentes à cooperativa de carnes possuem entre 27 e 30 anos de idade. Já as jovens pertencentes ao grupo da cooperativa de grãos, tem-se que elas estão na faixa etária de 18 a 20 anos de idade e na Cooperativa de Leite, as entrevistadas enquadram-se na faixa etária de 21 a 23 anos.

No que se refere ao estado civil das jovens entrevistadas, verifica-se que, aquelas vinculadas à Cooperativa de Carnes, são, em sua maioria, casadas ou mantêm união estável (64,62%). Já nas Cooperativas de Grãos e de Leite, a maioria das jovens declarou-se como solteira (65% e 54%, respectivamente). O estado civil destas jovens da Cooperativa de Carnes provavelmente esteja relacionado com a faixa etária delas, que se demonstrou maior nesse seguimento (de 27 a 30 anos de idade).

Quanto ao grau de escolaridade das entrevistadas, o nível de escolaridade predominante entre as jovens mulheres da Cooperativa de Carnes é o Ensino Médio Completo e o Ensino Técnico, apresentando percentual de 36% para cada um, na medida em que 28% delas estão cursando o Ensino Superior ou que já o concluíram.

As jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos são as que percentualmente possuem maior nível de escolaridade, somando 60% das jovens mulheres que cursam ou concluíram o Ensino Superior.

Quanto à escolaridade das jovens vinculadas à Cooperativa de Leite, constatou-se que a maioria possui Ensino Médio Incompleto (36,36%), seguido de 27,27% que possuem Ensino Superior Incompleto e um percentual de (22,73%) das jovens que possuem Ensino Superior Completo. Dentre as jovens que possuem Ensino Superior, 31,82% possuem formação em áreas agrárias.

Entre as respondentes que estão cursando o Ensino Superior ou que já estão formadas, os cursos que apresentam maior preferência pelas jovens foram Administração (8 jovens), Contabilidade (6 jovens) e Agronomia (4 jovens). É importante frisar que a opção por administração e contabilidade está voltada ao acesso à faculdade, com preço acessível e polos próximos, mas principalmente por serem cursos noturnos, o que permitia as jovens trabalhar durante o dia na propriedade e estudar à noite.

Com relação às atividades realizadas pelas jovens mulheres fora da propriedade, 69,22% afirmam que não realizam atividades externas à propriedade. Já o percentual de 30,77% das jovens entrevistadas confirma realizar atividades externas. Dentre as atividades, destacam-se as vinculadas às próprias Cooperativas, tais como o programa Jovem Aprendiz Cooperativo do Campo. Outras informaram atuarem como professora do programa Jovem Aprendiz Cooperativo do Campo, caixa de supermercado e engenheira agrônoma.

Ainda tratando-se da caracterização das jovens, estas foram questionadas sobre como elas se identificam frente ao meio em que estão inseridas. Como resultado, constatou-se que as jovens, de modo geral, possuem um sentimento de serem agricultoras e donas de casa (30,35%), tratando-se das jovens que, além da participação nas atividades da propriedade, dedicam-se aos afazeres domésticos. Outras respondentes, ainda, identificam-se apenas

como agricultoras (28,57%). Há, ainda, aquelas que se denominam como estudantes, donas de casa e agricultoras (17,85%).

A Tabela 1 classifica essas informações de acordo com os seguimentos das Cooperativas estudadas.

Tabela 1 – Autoidentificação das jovens

<b>Cooperativa de Carnes</b>		
<b>Como a jovem se identifica</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Dona de casa e agricultora	6	42,86%
Agricultora	5	35,71%
Estudante e agricultora	2	14,29%
Estudante, dona de casa e agricultora	1	7,14%
<b>Cooperativa de Grãos</b>		
Agricultora	8	40,00%
Agricultora e dona de casa	3	15,00%
Estudante, dona de casa e agricultora	3	15,00%
Estudante	1	5,00%
Agricultora e empresária	1	5,00%
Agricultora, dona de casa e atendente de mercado	1	5,00%
Administradora	1	5,00%
Dona de casa e administradora	1	5,00%
Secretária	1	5,00%
<b>Cooperativa de Leite</b>		
Dona de casa e agricultora	8	36,36%
Estudante, dona de casa e agricultora	5	22,73%
Agricultora	3	13,64%
Estudante	2	9,09%
Estudante e agricultora	2	9,09%
Empreendedora e agricultora	2	9,09%

Fonte: dados da pesquisa de campo (2019).

Como se pode constatar, na Cooperativa de Carnes, observou-se que 42,86% das jovens identificam-se como “donas de casa e agricultoras”. Outras jovens identificam-se apenas como “agricultoras”, “estudantes e agricultoras” e, ainda, como “estudante, dona de casa e agricultora”. Diferentemente das jovens da Cooperativa de Grãos, na qual 40% identificam-se como “agricultoras”, 15% identificam-se como “agricultoras e donas de casa” e 15% identificam-se como “estudantes, donas de casa e agricultoras”.

Já entre as jovens da Cooperativa de Leite, 36,36% das jovens identificam-se como “donas de casa e agricultoras”, 22,73% identificam-se como “estudantes, dona de casa e agricultoras” e 13,64% identificam-se como “agricultoras”. Ainda, 9,09% se identificam como estudantes, agricultoras ou empreendedora e agricultora.

A idade e o gênero dos potenciais sucessores da agricultura são fatores determinantes na escolha do jovem ou da jovem em permanecer ou não no meio rural. Nessa perspectiva,

autores como Chiswell e Lobley (2018), num estudo realizado em propriedades rurais pequenas e pobres da Europa, com atividade predominante de gado de leite e de gado de corte, numa região peculiar da Inglaterra, cujos entrevistados tinham idades entre 50 e 86 anos e seus sucessores entre 18 e 51 anos, demonstram que a idade dos sucessores determina a sua permanência ou migração para os centros urbanos, uma vez que, quanto mais velho, menos conhecimento da realidade fora da propriedade, maior a probabilidade de suceder seu pai na atividade agrícola. Ao contrário, quanto mais novo o sucessor potencial, mais liberdade ele tem para escolher permanecer ou não no rural. Além disso, a sucessão para eles era uma exigência natural em suas vidas, pois todos se sentiam comprometidos com seus antecessores e com as gerações futuras (Chiswell; Lobley, 2018).

Chiswell e Lobley (2018) avaliaram essa dinâmica no contexto europeu, porém, ao trazer essa realidade para o Sul do Brasil, autores como Spanevello (2008) e Ramos *et al.* (2018) identificam padrões semelhantes e peculiaridades locais: nas propriedades gaúchas, a idade também dita o nível de liberdade e maturidade para a permanência, contudo, o fator de gênero se sobressai fortemente no modelo tradicional da região, onde a emancipação das filhas muitas vezes esbarra na resistência cultural dos pais em transferir o comando dos negócios para mulheres, diferentemente do forte sentimento de “exigência natural” de transmissão patrimonial linear visto no hemisfério norte.

Dentro da dinâmica sucessória elencada no estudo, pode-se dizer que algumas jovens já estão condicionadas à sucessão geracional, outras estão em processo sucessório, apenas dividindo as atividades, gestão e renda, e algumas apenas auxiliam na propriedade, enquanto não assumem a condição de sucessoras geracionais, o que é influenciado inclusive pelo grau de identificação das jovens com a atividade rural e pelo seu sentimento de pertencimento ao meio rural.

### **3.2 Caracterização das propriedades rurais**

Esta seção contempla informações referentes às propriedades rurais nas quais as jovens residem juntamente com seus familiares, trazendo informações referentes quanto às áreas de terra, as atividades agrícolas desenvolvidas e o acesso aos meios de comunicação. A seção apresenta ainda algumas características das comunidades rurais nas quais as propriedades estão inseridas, referentes à distância entre as propriedades rurais e a sede do município e a infraestrutura presente.

Inicialmente, tratando-se da localização das propriedades rurais, cabe destacar que esta característica se insere no contexto de viabilidades que facilitam ou dificultam a vida no meio rural. No propósito de caracterização das propriedades, analisando as distâncias entre a propriedade rural e a sede do município, obteve-se o resultado apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Distância entre a propriedade e a sede do município

<b>Distância entre a propriedade e a cidade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
De 1 a 5 Km	18	32,14%
De 6 a 10 Km	19	33,93%
De 11 a 15 Km	11	19,64%
De 16 a 20 Km	5	8,93%
De 21 a 30 Km	2	3,57%
De 31 a 40 Km	1	1,79%

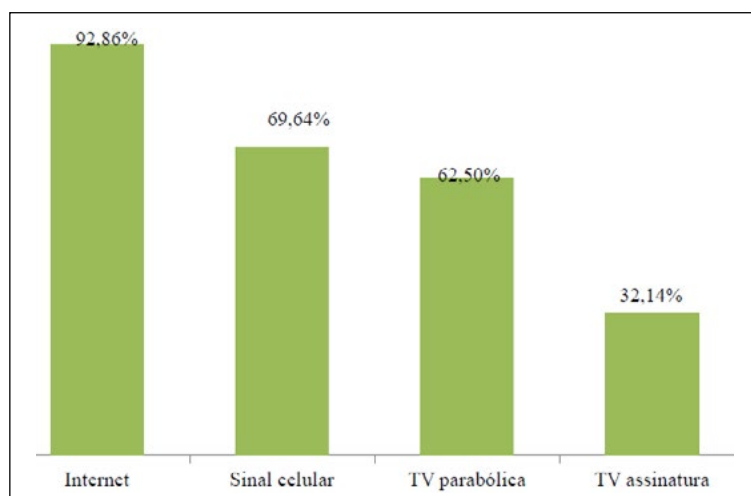
Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

De modo geral, as propriedades das respondentes encontram-se próximas à cidade, visto que a maioria (66,07%) reside em localidade que fica a uma distância de até 10 km da cidade. As respondentes salientam em suas falas que ter uma vida no meio rural o mais próximo possível da vida urbana é um elemento favorável à permanência e à continuidade da propriedade.

A expressiva proximidade das propriedades em relação aos núcleos urbanos (66,07% até 10 km) atua diretamente como um fator de mitigação do isolamento rural. Na dinâmica sucessória das jovens mulheres, a curta distância permite conciliar a manutenção das atividades produtivas com o estudo noturno na cidade e o acesso a atividades de lazer urbanas. Isso reconfigura o espaço agrário não mais como um local isolado, mas como uma extensão viável de projeto de vida moderno.

A aproximação do meio rural ao meio urbano também se desenvolve através da implantação de tecnologias e inovações. Uma delas é o acesso aos meios de comunicação, que possibilita inúmeros benefícios à propriedade e aos que nela residem. A disponibilidade de meios de comunicação identificada na pesquisa é apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Acesso aos meios de comunicação



Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

O alto índice de acesso à internet (92,86%) e sinal celular (69,64%) funciona como um pilar essencial para a sucessão geracional feminina. Além de romper as fronteiras do isolamento, a conectividade digital instrumentaliza a jovem para exercer as funções de gestão e contabilidade da propriedade, permitindo que ela introduza inovações tecnológicas e gerenciais que modernizam a tomada de decisão, legitimando seu papel de liderança frente aos pais.

Ainda em relação às características das propriedades rurais, cabe ressaltar que um ativo importante para o funcionamento da atividade e para o processo de produção é a terra. Tratando-se de área de terra disponível, 32,14% das jovens entrevistadas afirmaram que vivem em propriedades com áreas entre 21 e 40 hectares, seguida de um percentual de 30,36% das respondentes que afirmam ter disponível 1 a 20 hectares de terras.

Tabela 3 – Total de área disponível da propriedade

Área disponível	Frequência	Percentual
De 1 a 20 há	17	30,36%
De 21 a 40 há	18	32,14%
De 41 a 60 há	10	17,86%
De 61 a 80 há	4	7,14%
De 81 a 100 há	1	1,79%
De 101 a 200 há	3	5,36%
De 201 a 400 há	2	3,57%
Não soube responder	1	1,79%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Nesse âmbito, as diferentes atividades desenvolvidas nas propriedades são influenciadas pelo tamanho de área disponível, de acordo com a necessidade de extensão para o desenvolvimento de determinadas atividades, o que gera efeitos também nos diferentes modos de vida. Na perspectiva de produção das propriedades rurais, os espaços pesquisados apresentam diversidades de sistemas produtivos. Estes são evidenciados através da Tabela 4.

A concentração de propriedades em faixas de tamanho pequeno a médio (62,5% possuem até 40 hectares) impõe severas restrições econômicas que afetam a dinâmica sucessória. Em áreas reduzidas, a dependência financeira de mais de uma família torna-se economicamente inviável, o que acirra a necessidade de diversificação de atividades (como a aposta na bacia leiteira) ou força o direcionamento de parte dos herdeiros para o mercado de trabalho urbano, impactando diretamente na decisão sobre quem herdará ou conduzirá o lote.

Tabela 4 – Produtos agropecuários produzidos na propriedade

<b>Produtos Agropecuários</b>	<b>Coop. Leite</b>	<b>Coop. Carnes</b>	<b>Coop. Grãos</b>	<b>Soma Coop.</b>	<b>Percentual</b>
Leite	22	11	15	48	85,71%
Soja	13	1	16	30	53,57%
Milho	11	1	8	20	35,71%
Trigo	3	0	11	14	25,00%
Suínos	2	7	0	9	16,07%
Aves	0	8	0	8	14,29%
Gado de corte	1	3	3	7	12,50%
Laranja	3	0	0	3	3,57%
Fumo	3	0	0	3	1,79%
Ovos	0	1	0	1	1,79%
Piscicultura	1	0	0	1	1,79%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Dentro do contexto global da pesquisa, os resultados apontam para a predominância da atividade leiteira nas propriedades rurais das jovens entrevistadas, somando um montante de 48 propriedades, ou seja, 85,71% da amostra. Outro produto agropecuário predominante nas propriedades das jovens pertencentes à Cooperativa de Grãos e à Cooperativa de Leite é a soja, com percentual total de 53,57%, incluindo ainda uma propriedade rural vinculada à Cooperativa de Carnes. Percebe-se, ainda, que as propriedades rurais analisadas também produzem milho e destacam que essa produção é destinada para consumo próprio, como a produção de ração e silagem para os animais.

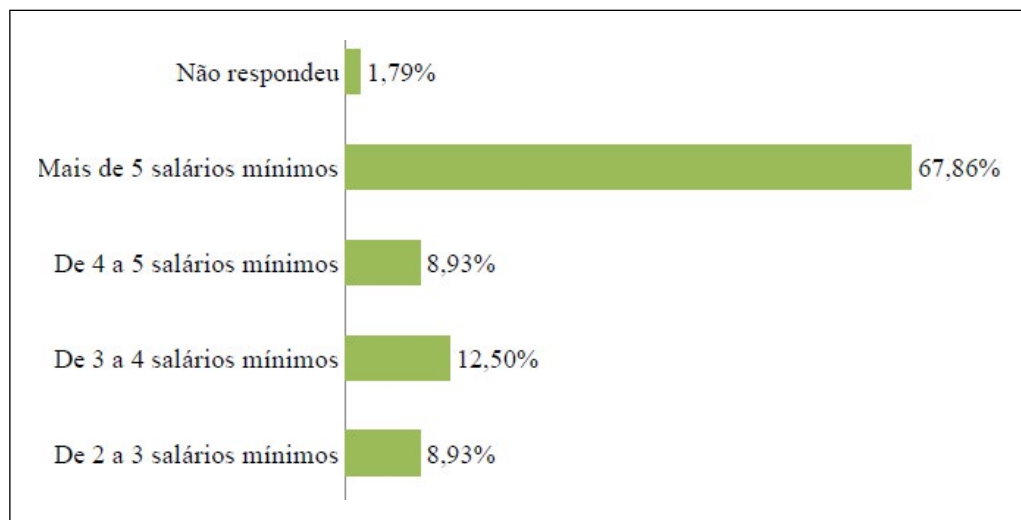
Os resultados, portanto, demonstram que a pecuária leiteira é a atividade com maior inserção das mulheres, inclusive naquelas propriedades vinculadas originalmente a Cooperativas de Grãos ou Carnes. Para muitas jovens, a gestão de uma atividade específica representa o primeiro passo para a autonomia, permitindo-as assumir responsabilidades diretas sobre o trabalho e a administração desse setor.

Apesar da forte atuação feminina no setor leiteiro, os dados indicam que, especialmente nas Cooperativas de Grãos, muitas jovens ainda ocupam “papéis secundários”, dividindo-se entre o trabalho doméstico e o auxílio eventual nas lavouras sem deter o controle decisório. Esse cenário configura uma sucessão geracional ainda incompleta, na qual a jovem domina a execução técnica das tarefas, mas a gestão de topo e as decisões financeiras finais permanecem sob o controle do pai (Matte *et al.*, 2019).

Nesse contexto, pode-se dizer que assumir a autonomia sobre atividades produtivas específicas influencia diretamente a autoidentificação das jovens como agricultoras, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao meio rural. Assim, a sucessão deixa de ser vista apenas como a herança patrimonial da terra para ser compreendida como a continuidade de um sistema produtivo profissional, no qual as filhas buscam transitar da condição de “ajudantes” para a de gestoras com autonomia financeira e poder de decisão.

Tratando-se da renda bruta mensal nas propriedades, constatou-se que 67,86% das jovens possuem renda bruta familiar superior a cinco salários-mínimos (Figura 4).

Figura 4 - Renda bruta mensal das propriedades



Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Nesse viés, as jovens afirmam que a renda bruta pode ser superior a cinco salários-mínimos, mas que, dependendo do preço pago pelos produtos, poucas vezes sobra para a manutenção das famílias. Portanto, as jovens salientam a importância da atividade leiteira, que mesmo “exigindo mais do produtor”, traz a renda mensal para a propriedade.

As jovens ainda salientam que as mulheres estão à frente da atividade em muitas propriedades, não só por se identificarem com a atividade, mas por necessidade do trabalho, bem como pela “capacidade de trabalhar faça chuva, faça sol, na água e no barro, às vezes doente ou com filho na garupa”.

No que se refere às características gerais das propriedades, o Censo Demográfico de 2010 indicou que, ao longo dos anos 2000, ocorreu um aumento da permanência de pessoas no campo. Esse período é justamente marcado pela possibilidade de incremento na renda, o que resultou num consumo maior de bens duráveis e melhoria de infraestrutura pelos agricultores. Outro fator indicado foi o maior acesso às necessidades básicas, como água, luz e hoje, mais do que nunca, a comunicação telefônica e acesso à internet (Valadares *et al.*, 2016).

### 3.3 A inserção das jovens nas propriedades rurais

A presente seção tem como objetivo analisar a inserção das jovens nas propriedades rurais através do trabalho, da gestão e da renda. A respeito destas questões, autores como Gasson e Errington (1993) enfatizam a importância de garantir aos filhos a gestão ou a administração de atividades do cotidiano, pois isso permitirá que os jovens se sintam parte

da propriedade e suas decisões sirvam para que os pais “demonstrem confiança em seus filhos”.

Dentro dessa dinâmica, as jovens foram questionadas sobre como acontece essa divisão do trabalho. Nos resultados gerais, pode-se perceber que 41% das jovens dividem as tarefas de forma igualitária com seus pais, e em 29% dos casos os pais fazem o trabalho e a jovem auxilia quando necessário.

Tabela 5 – Divisão do trabalho nas propriedades

Cooperativa de Carnes		
Divisão trabalho	Frequência	Percentual
Jovem e seu pai dividem as tarefas de forma igualitária.	7	50%
Seus pais ficam com a maior parte do trabalho, e a jovem auxilia quando precisa.	3	21,43%
Seu pai é o responsável, jovem apenas auxilia.	1	7,14%
Jovem toca o trabalho sozinha com autonomia, e seus pais apenas auxiliam.	1	7,14%
Mãe realiza atividades voltadas para o autoconsumo da família, jovem administra toda a propriedade com o marido.	1	7,14%
Jovem divide tudo entre o pai, esposo e dois irmãos.	1	7,14%
Cooperativa de Grãos		
Divisão do Trabalho	Frequência	Percentual
Jovem e seu pai dividem as atividades de forma igualitária.	6	30%
Divide as atividades com outro membro familiar.	5	25%
Seu pai é o responsável, jovem apenas auxilia.	4	20%
Seus pais ficam com a maior parte do trabalho, e jovem auxilia quando precisa.	4	20%
Jovem toca o trabalho sozinha com autonomia, e seus pais apenas auxiliam.	1	5%
Cooperativa de Leite		
Divisão do trabalho	Frequência	Percentual
Jovem e seu pai dividem as tarefas de forma igualitária.	11	50,00%
Pais ficam com a maior parte do trabalho, e a jovem auxilia quando precisa.	9	40,91%
Pai é o responsável, sucessora apenas auxilia.	1	4,55%
Jovem conduz o trabalho sozinha com autonomia, e seus pais apenas auxiliam.	1	4,55%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

No estudo em questão, poucas são as propriedades que possuem mão de obra externa, que não a familiar, conforme relato das jovens. Portanto, a renovação da mão de obra ou a agregação de novas forças de trabalho se dão no momento em que as jovens trazem seus companheiros ou cônjuges para a propriedade, para suprir a necessidade de mão de obra. É perceptível, nesse sentido, que esse elemento é fortemente definidor dos processos sucessórios ocorridos entre as entrevistadas.

Em se tratando de mão de obra e sua reprodução dentro das propriedades rurais, tem-se que, além da renovação da mão de obra, que pode ocorrer por meio do processo sucessório, no qual os filhos assumem o lugar de seus pais como agricultores, bem como as atividades da propriedade, há a necessidade de incorporar novas forças de trabalho, o que resulta do avanço da idade dos pais e do seu desligamento natural das atividades (Gasson; Errington, 1993).

Avançando sobre essa leitura tradicional, estudos contemporâneos de pesquisadoras no Sul do Brasil (Spanevello, 2008; Matte *et al.*, 2019) evidenciam que essa recomposição de forças de trabalho não é neutra em termos de gênero. Quando as filhas trazem seus cônjuges para a propriedade, muitas vezes o comando real e o reconhecimento produtivo são transferidos para o genro, perpetuando a invisibilidade da jovem sucessora primária. Logo, a reprodução da mão de obra familiar na região continua fortemente condicionada por heranças patriarcais que desafiam a consolidação de lideranças femininas autônomas.

Em relação à gestão das propriedades, de modo geral, o estudo identificou que 51,78% das jovens dividem as decisões da propriedade com seus pais. Para 26,78% das respondentes, a decisão final é sempre dos pais. Nessa perspectiva, outras situações aparecem como resposta em que algumas das jovens dizem possuir autonomia em alguma atividade produtiva da propriedade, conforme Tabela 6, organizada de acordo com as Cooperativas estudadas.

Tabela 6 – Participação na gestão da propriedade rural

Cooperativa de Carnes		
Gestão da propriedade	Frequência	%
Jovem divide as decisões dos negócios com seus pais	6	42,86%
Jovem não participa das decisões, apenas opina	4	28,57%
Jovem tem autonomia nas decisões sobre os negócios	4	28,57%
Cooperativa de Grãos		
Jovem divide decisões sobre os negócios com seus pais	8	40%
Jovem opina, mas a decisão final é dos pais	6	30%
O pai gerencia, e a jovem somente trabalha	4	20%
Jovem tem autonomia em uma atividade produtiva na propriedade	1	5%
Jovem tem autonomia em todas as atividades, mãe apenas auxilia	1	5%
Cooperativa de Leite		
Jovem divide as decisões sobre os negócios com seus pais	15	68,18%
Jovem opina, mas a decisão final é tomada pelo pai	5	22,73%
Jovem tem autonomia em uma atividade produtiva na propriedade	1	4,55%
Jovem dá opinião sobre a gestão e algumas vezes não é aceita	1	4,55%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Além do trabalho e da gestão, as jovens foram questionadas a respeito de suas participações na divisão da renda nas propriedades rurais, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Divisão da renda nas propriedades

Cooperativa de Carnes		
Divisão das rendas	Frequência	Percentual
Ganha comissão sobre a produção	6	40,00%
Jovem pede aos pais sempre que precisa de dinheiro	3	20,00%
Possui salário fixo	2	13,33%
Fica com o dinheiro da atividade que gerencia	2	13,33%
Fica com toda a renda, mãe é aposentada	1	6,67%
Divisão igualitária sem salário fixo	1	6,67%
Cooperativa de Grãos		
Divisão das rendas	Frequência	Percentual
Jovem pede dinheiro aos pais quando precisa	13	65,00%
A jovem ganha comissão sobre a produção	2	10,00%
Possui salário fixo	2	10,00%
Divisão de forma igualitária quando sobra	2	10,00%
A jovem administra todo o dinheiro	1	5,00%
Cooperativa de Leite		
Divisão das rendas	Frequência	Percentual
Jovem pede aos pais sempre que precisa de dinheiro	10	45,45%
Um caixa só e cada um ocupa quando precisa	4	18,18%
Jovem ganha comissão sobre a produção	3	13,64%
Possui salário fixo	3	13,64%
Jovem fica com o dinheiro da atividade que gerencia	2	9,09%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Numa média geral, 46,42% das jovens respondentes pedem dinheiro aos pais sempre que precisam, seguido de 19,64% das jovens que recebem remuneração através de comissão sobre a produção da propriedade. Ainda, 12,5% relataram haver um “caixa único” na propriedade, do qual é retirado o dinheiro quando precisam ou dividem quando sobra. O mesmo percentual de jovens (12,5%) possui salário fixo.

No estudo de Matte *et al.* (2019), pode-se perceber que os pais possuem dificuldade de reconhecer que o trabalho que os filhos exercem dentro da propriedade é essencial na rentabilidade das atividades rurais. Nesse sentido, os pais visualizam seus filhos como “ajudantes”, dificultando a inserção no processo decisório das atividades e decisões, e, conseqüentemente, na falta de interesse em permanecer.

Finalmente, ainda a respeito da inserção das jovens nas propriedades rurais, obteve-se como resultados a identificação de diferentes cenários que configuram uma sucessão geracional ainda não completa, uma vez que as jovens apenas estão atuando em algum tipo de trabalho e não possuem nenhum tipo de atuação como gestoras, conforme demonstram as Tabelas 8, 9 e 10.

Tabela 8 – Atividades realizadas pelas jovens sucessoras da Cooperativa de Carnes

<b>Cenários</b>	<b>Nº de casos</b>
Grupo 01: Apenas auxilia nas atividades agrícolas e realiza o trabalho doméstico.	2
Grupo 02: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica e realização de trabalhos domésticos.	1
Grupo 03: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica.	7
Grupo 04: Estuda durante o dia, pouco auxilia na propriedade rural.	1
Grupo 05: Responsável pelo trabalho e gestão da propriedade rural.	3

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Observa-se que as jovens inseridas na cooperativa de carnes possuem significativa inserção nas propriedades rurais, visto que a maioria é responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica (Grupos 02 e 03).

É de se ressaltar o caso das entrevistadas 2 e 10, inseridas no Grupo 5 da Tabela 8, que dizem administrar praticamente toda a propriedade, desde as finanças até as atividades rurais, além da realização do trabalho braçal.

No que se refere às jovens inseridas na Cooperativa de Grãos, os resultados empíricos apresentaram diferentes cenários, conforme o Tabela 9.

Tabela 9 – Atividades realizadas pelas jovens sucessoras da Cooperativa de Grãos

<b>Cenários</b>	<b>Nº de casos</b>
Grupo 01: Apenas auxilia nas atividades agrícolas e realiza o trabalho doméstico.	10
Grupo 02: Responsável pela compra de insumos e pelas atividades agrícolas junto com o pai.	1
Grupo 03: Realiza atividade remunerada no meio urbano, possui reduzido envolvimento com a propriedade rural.	2
Grupo 04: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica e realização de trabalhos domésticos.	1
Grupo 05: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica	2
Grupo 06: Estuda durante o dia, pouco auxilia na propriedade rural.	1
Grupo 07: Realiza atividade remunerada no meio urbano e é responsável pela compra e venda de insumos da propriedade, financiamento e indicações técnicas devido à formação agrônômica.	1
Grupo 08: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica, auxilia nas demais atividades e realiza o trabalho doméstico.	1
Grupo 09: Apenas realiza o trabalho doméstico.	1

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Dentre os grupos de atividades exercidas pelas jovens da Cooperativa de Grãos, prevalece o grupo 01, no qual as jovens apenas auxiliam nas atividades agrícolas e realizam

o trabalho doméstico, demonstrando que ainda tendem a prevalecer “papéis secundários” atribuídos às jovens mulheres nas propriedades rurais.

Dentre as jovens que possuem inserção mais significativa na propriedade rural, destacam-se aquelas que são responsáveis pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica (Grupo 04, 05 e 08), sendo a atividade leiteira predominante. Estes resultados demonstram que atividade leiteira tende a ser uma atividade de maior inserção das mulheres, visto tal atividade encontrar-se nos três diferentes segmentos agropecuários, não só no voltado à atividade leiteira.

Os resultados apontam diferentes cenários atribuídos à realidade das jovens inseridas na Cooperativa de Leite, conforme demonstra a Tabela 10.

Tabela 10 – Atividades realizadas pelas jovens sucessoras da Cooperativa de Leite

Cenários	Nº de casos
Grupo 01: Apenas auxilia nas atividades agrícolas e realiza o trabalho doméstico.	7
Grupo 02: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica e realização de trabalhos domésticos.	3
Grupo 03: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica.	5
Grupo 04: Estuda durante o dia, pouco auxilia na propriedade rural.	2
Grupo 05: Responsável pelo trabalho e gestão de uma atividade agrícola específica, auxilia nas demais atividades e realiza o trabalho doméstico.	5

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Conforme visto, a maior parte das jovens inseridas na Cooperativa de Leite apenas auxilia nas atividades agrícolas da propriedade rural e no trabalho doméstico (7 casos).

No estudo de Valadares *et al.* (2016), elaborado com representantes dos jovens rurais de cada estado do Brasil, os fatores considerados por mulheres para permanecer no meio rural mais citados foram: as famílias precisam das suas ajudas no trabalho doméstico; por causa do marido ou companheiro; a família precisa de ajuda como mão de obra para geração de renda; gostam do trabalho na terra e se sentem satisfeitas com o resultado de seu trabalho; não encontraram alternativas melhores na cidade.

### 3.4 Formas de incentivo à permanência na propriedade

Ao serem questionadas sobre as condições para permanecerem no meio rural, associadas à propriedade paterna, 32,14% das entrevistadas responderam acreditar que a sua sucessão se dará “administrando um negócio ou atividade na propriedade”, enquanto 30,35% responderam que estão vinculadas à sucessão geracional “administrando todas as atividades da propriedade”.

Dentro da realidade de cada grupo das Cooperativas agropecuárias estudadas, pode-se perceber que, dentre os casos analisados, há jovens que se consideram sucessoras geracionais, porém, elas não estão ligadas diretamente às atividades das propriedades. Estas informações estão detalhadas na Tabela 11.

Tabela 11 – Permanência no campo associada à propriedade paterna

Cooperativa de Carnes		
Sucessão na propriedade paterna	Frequência	Percentual
Sucessora geracional na propriedade administrando todas as atividades	5	35,71%
Sucessora geracional na propriedade administrando um negócio ou atividade	3	21,43%
Sucessora auxiliando os pais nas atividades e no gerenciamento	3	21,43%
Sucessora geracional com atividades externas à propriedade	3	21,43%
Cooperativa de Grãos		
Sucessora geracional administrando um negócio ou atividade	8	47,00%
Sucessora geracional administrando todas as atividades	4	24,00%
Ainda não está definido	2	12,00%
Sucessora geracional com atividades externas à propriedade	3	18,00%
Cooperativa de Leite		
Sucessora geracional administrando todas as atividades	8	36,36%
Sucessora geracional administrando um negócio ou atividade	7	31,82%
Sucessora geracional com atividades externas à propriedade	3	13,64%
Não sabem responder	3	13,64%
Sucessora na propriedade do pai do marido	1	4,55%

Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

As jovens ainda foram questionadas a respeito de incentivos por parte dos pais para permanecerem na propriedade rural. A esse respeito, 89,28% afirmaram que recebem algum incentivo. Já 10,71% das respondentes afirmam que não receberam nenhum tipo de incentivo para permanecer e sua estada na propriedade na condição de sucessora se deu por motivos de vontade própria ou circunstâncias alheias.

### 3.5 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Carnes

As jovens pertencentes ao grupo da Cooperativa de Carnes foram as que apresentaram o maior percentual de recebimento de incentivos, representando 92,85%. Apenas uma das jovens relatou que seus pais não queriam que ela permanecesse na propriedade, referindo que ela deveria estudar e trabalhar na cidade em busca de uma vida “menos dura”.

Dentre as jovens que receberam alguma forma de incentivo, elas declararam que esses incentivos são bens simbólicos, os quais se referem à autonomia sobre as rendas, sobre os negócios e sobre o trabalho. Em segundo plano, os bens materiais apresentaram-se como significativos enquanto incentivo, para 50% das jovens sucessoras. Estes bens referem-se à construção de aviários e ampliações das pocilgas; aquisição de ordenhadeiras e vacas para aumentar a produção, casa separada dos pais, carros, motos, piscina, entre outros bens.

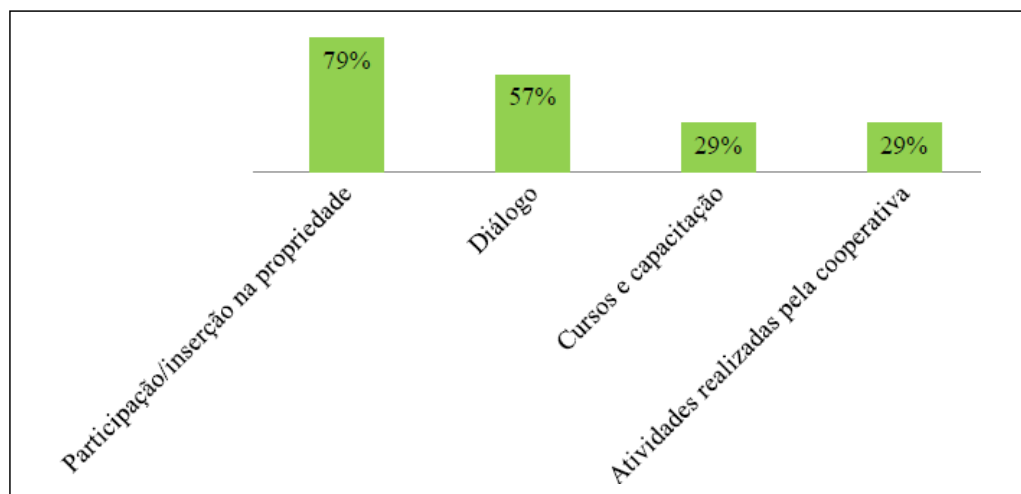
No que tange ao papel institucional das organizações coletivas, a literatura reforça que o sistema cooperativista atua como um agente mediador estratégico no processo de continuidade das propriedades rurais familiares. Conforme discutido por Deggerone e

Oliveira (2018) e Drebes e Spanevello (2017), as Cooperativas agropecuárias enfrentam o desafio de criar mecanismos que incentivem a permanência dos jovens, oferecendo suporte técnico e programas de formação que buscam viabilizar a sucessão geracional. Essa perspectiva é fundamental para compreender a realidade das jovens entrevistadas neste estudo, que, por serem associadas a Cooperativas nos ramos de carnes, grãos e leite, encontram nessas instituições um suporte para a sua profissionalização e inserção nas atividades de gestão.

As jovens foram questionadas, ainda, a respeito do sentimento de preparação para assumir a sucessão. Neste sentido, as respondentes vinculadas à Cooperativa de Carnes prestaram informações positivas acerca de sua preparação (85,71%), enquanto outras (14,29%) disseram não sentir estarem sendo preparadas para assumir a propriedade rural.

A Figura 5 demonstra algumas das formas de preparação destacadas pelas jovens, como importantes para elas no processo sucessório.

Figura 5 – Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Carnes



Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

As jovens que demonstraram não estarem preparadas para assumir a sucessão apresentaram algumas razões. Na realidade das jovens pertencentes à Cooperativa de Carnes, a pouca participação na gestão da propriedade é destaque e representa um percentual de 35,71%, seguido da área de terra reduzida (28,57%). Destacam-se ainda fatores como: o pouco conhecimento da atividade e os riscos climáticos, ambos com 14,29%, além da falta de capital, mecanização, atividade penosa e valorização pelo serviço prestado pela jovem na propriedade.

### 3.6 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Grãos

Quanto às jovens vinculadas à Cooperativa de Grãos, tem-se que 80% delas declararam ter recebido alguma forma de incentivo para suas permanências na propriedade.

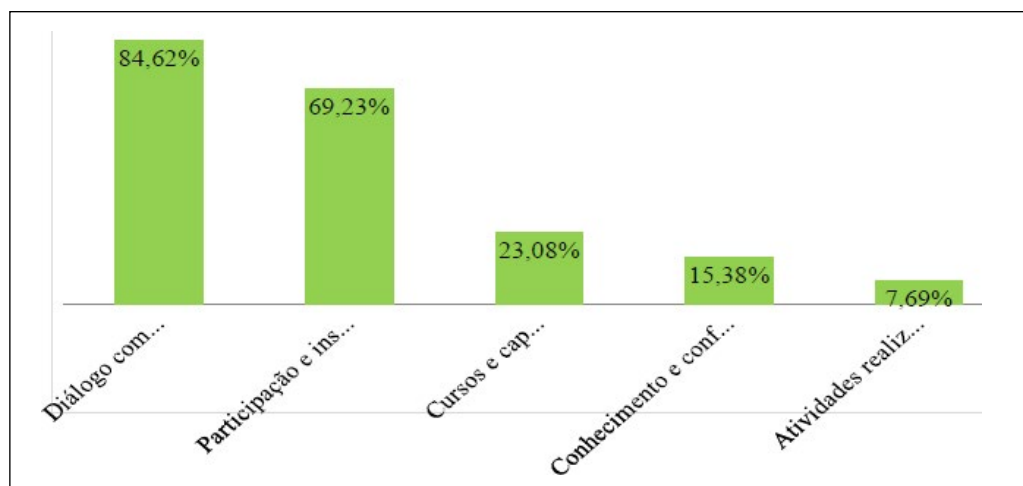
Dentre os incentivos, os bens simbólicos, que se referem à autonomia sobre rendas, trabalho e negócios, apresentaram-se com um percentual de 54%.

Destacam-se, ainda, os bens materiais que se referem a automóveis, casa separada dos pais e terra como formas de incentivo para 23% dos casos. Além disso, foram destacados investimentos nas propriedades com maquinários e benfeitorias para 14% das jovens da Cooperativa de Grãos.

As respostas obtidas entre as jovens vinculadas à Cooperativa de Grãos apresentam alguns diferenciais, destacando um percentual menor de jovens que se sentem preparadas para suceder se comparados às demais Cooperativas envolvidas no estudo. Nesse sentido, constatou-se que 65% das jovens afirmaram estar preparadas para assumir a sucessão na propriedade dos pais, 30% dizem não se sentirem preparadas e 5% não souberam de fato responder ao questionamento.

Visando às jovens que responderam positivamente, suas respostas frente à forma como isso se dá, pode-se constatar que a maioria está sucessora geracional ou em processo sucessório em virtude do diálogo com os pais (84,62%), seguido da participação e inserção nas atividades da propriedade num percentual de 69,23%, conforme Figura 6.

Figura 6 – Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Grãos



Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Na mesma linha interpretativa, as jovens foram questionadas se tiveram alguma dificuldade durante o processo sucessório, e dentre as respostas 70% delas afirmam ter tido dificuldades na dinâmica da sucessão. Duas respondentes sentiram dificuldades em suceder, pois não gostavam das atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade e tinham essa condição como “segunda opção de vida”.

A permanência dessas jovens no meio rural também está condicionada à forma como a identidade juvenil é construída frente às pressões dos fluxos migratórios. De acordo com Drebes e Oliveira (2018), a percepção social da juventude sobre o trabalho no campo

e as oportunidades oferecidas pelo meio urbano são fatores que definem a inclinação sucessória. Esse debate dialoga diretamente com os dados desta pesquisa, que apontam que a busca por autonomia, melhores condições de remuneração e o acesso à educação são determinantes para que as sucessoras gaúchas decidam entre o êxodo rural ou a permanência na propriedade familiar, especialmente quando enfrentam limitações na tomada de decisão ou na participação dos lucros.

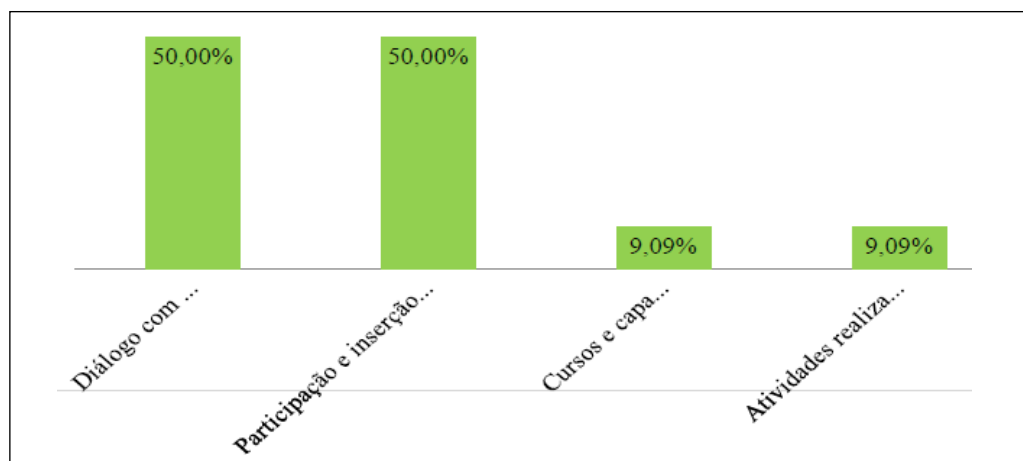
### 3.7 Formas de incentivo às jovens da Cooperativa de Leite

A realidade das jovens vinculadas à Cooperativa de Leite é semelhante à das jovens da Cooperativa de Grãos e apresenta os percentuais dentre os incentivos advindos dos seus pais, como os bens simbólicos que se referem à autonomia sobre rendas, trabalho e negócios representando um percentual de 86,36% das situações.

Destacam-se ainda os bens materiais que dizem respeito ao recebimento de automóveis, casa separada dos pais e terra como formas de incentivo para 18,18% dos casos. Ainda, foram destacados como incentivos materiais por uma respondente investimentos nos estudos 9,09%, o que considera “o maior incentivo que meu pai me deu foi o curso de Agronomia, pois pude retornar pra casa e assumir a nossa propriedade”.

As jovens sucessoras pertencentes à Cooperativa de Leite, em sua maioria, 72,73% declararam estarem preparadas para assumir a sucessão e apontam as formas como ocorreu a preparação, representado na Figura 7.

Figura 7 – Formas de preparação para a sucessão entre as jovens da Cooperativa de Leite



Fonte: elaborada pelos autores com dados da pesquisa de campo (2019).

Conforme as respostas voltadas à preparação das jovens em suceder a propriedade, as entrevistadas apontaram o diálogo com os pais e a participação e a inserção nas atividades como fatores importantes na tomada de decisão, ambas num percentual de 50%.

Dentre as jovens que declararam não estarem preparadas para assumir a propriedade (27,27%), algumas destacam a falta de experiência (37,50%), não gostar da atividade e não

ter conhecimento profundo sobre ela (25%). Cabe destaque ainda àquelas jovens (12,50%) que responderam não ter autonomia.

Nesses casos apresentados, em que as jovens trouxeram justificativas, percebe-se que elas não possuem uma participação dentro da propriedade num todo e ainda estão atreladas à “vontade do pai” em repassar as responsabilidades, em ensinar como são realizadas as etapas das atividades.

Tratando-se ainda de questões sucessórias, as jovens foram questionadas sobre se vivenciaram dificuldades no momento da sucessão, sendo que 86% delas apontaram que sim e 14% que não. Dentre as dificuldades, destaca-se com maior relevância a pouca participação das jovens na gestão das propriedades (42,11%), seguido da falta de capital e a dificuldade de mecanização, ambos com 26,32%. Outro fator importante levantado pelas jovens foi o pouco conhecimento das atividades produtivas (21,05%).

Nesse sentido, a integração da atuação das Cooperativas com a valorização do protagonismo feminino pode mitigar o cenário de invisibilidade do trabalho das filhas, conforme citado em estudos clássicos da área. Ao alinhar o suporte institucional das Cooperativas, como sugerido por Deggerone e Oliveira (2018), com incentivos familiares que promovam a autonomia real das jovens, é possível fortalecer o processo sucessório e garantir a reprodução social das propriedades rurais no Rio Grande do Sul.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto ao objetivo do trabalho, que era identificar as características de jovens mulheres que estão inseridas em atividades de gestão de propriedades rurais no Rio Grande do Sul e analisar os incentivos familiares que elas recebem para o processo de sucessão geracional, evidenciou-se que as jovens, ainda de maneira tímida, estão conquistando seu lugar na propriedade, inserindo-se gradativamente nas atividades, gestão e renda, o que lhes permite realizar a preparação gradativa do processo sucessório.

As evidências empíricas discutidas ao longo deste estudo permitem concluir, em resposta à medida da participação efetiva das mulheres na gestão, que esta ocorre de forma multifacetada, mas ainda parcialmente limitada. Constatou-se que as jovens exercem um papel crucial na introdução de tecnologias, na conectividade e na organização burocrático-financeira da propriedade. Contudo, essa expressiva atuação gerencial nem sempre se traduz em autonomia plena ou poder de decisão final de topo, configurando-se, na maioria dos casos, como uma cogestão subordinada à validação da figura paterna. Há uma inserção técnica e operacional avançada, mas o núcleo decisório estratégico e a representação comercial e institucional do estabelecimento ainda preservam contornos predominantemente masculinos.

No que tange à conversão dessa participação em processos consolidados de sucessão geracional, observa-se um cenário de transição tensionado por barreiras culturais. Embora as jovens recebam incentivos familiares de natureza simbólica (apoio moral, estímulo aos estudos e autonomia para inovar) e demonstrem forte desejo de permanência no campo, a transferência efetiva da titularidade patrimonial e do comando do negócio ainda esbarra nos moldes tradicionais de herança da região, que tendem a privilegiar os filhos homens. Portanto,

a participação feminina na gestão atua como um elemento dinamizador e modernizador do cotidiano agrícola, mas sua tradução em sucessão geracional de fato ainda não é linear, dependendo diretamente da desconstrução de assimetrias de gênero intrafamiliares para que o protagonismo gerencial se consolide em liderança sucessória jurídica e patrimonial.

No que se refere às limitações do trabalho, tem-se que ele foi desenvolvido a partir de uma coleta de dados realizada em apenas duas mesorregiões do Rio Grande do Sul: a Região Centro Oriental e a Região Noroeste, representando, assim, apenas um recorte da realidade encontrada no estado, em regiões que possuem características específicas de produção, economia e demografia. Ou seja, para que se possa apresentar um estudo consistente em nível estadual, é necessária a obtenção de dados relativos a todas as regiões que compõem o Rio Grande do Sul.

Para além da intenção de realização de um novo estudo que possa contemplar as diversas regiões do Rio Grande do Sul, outros estudos poderiam ser realizados com o intuito de comparar as realidades de outros estados da federação, tendo em vista que cada território possui seu histórico de colonização e desenvolve atividades agropecuárias distintas, devido às diferentes condições ambientais que o nosso país apresenta.

Ademais, espera-se que o estudo possa contribuir com a divulgação científica da inserção da mulher nas atividades de gestão do meio rural e na tomada de decisões em propriedades rurais, bem como contribua com as ações públicas a serem desenvolvidas no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU, notadamente em seu terceiro item, que enfatiza a necessidade de promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2004, vol.12, n.1, pp. 205-227.

CHISWELL, H. M.; LOBLEY, M. “It’s Definitely a Good Time to Be a Farmer”: Understanding the Changing Dynamics of Successor Creation in Late Modern Society. **Sociologia Rural**, v. 83, n. 3, p. 630-653, 2018.

DEGGERONE, Z. A.; OLIVEIRA, C. A. O. A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na Região do Corede Norte (RS). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 60–77, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/30340/pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, Natal, v. 2, n. 33, p. 360–74, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4210/pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios: um estudo de caso da agricultura familiar de Itapuranga-GO. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 42, p. 375–404, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6203>. Acesso em: 9 jun. 2026.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Women in agriculture: closing the gender gap for development**. Roma: FAO, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 6 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

KISCHENER, M.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v. 16, n. 33, 2015. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.7114/pr.7114.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7114/pr.7114.pdf). Acesso em: 6 abr. 2025.

MATTE, A., SPANEVELLO, R. M., LAGO, A.; ANDREATTA, T. **Agricultura e pecuária familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 15(1), 19-33, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317/739>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

RAMOS, V. S.; ANGNES, J. S.; COSTA, Z. O futuro da fumicultura: o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 43, 2018. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75255594020>>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá-PR, v. 14, n. 159, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22740>>. Acesso em: 16 de ago. 2019.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

VALADARES, A. A. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, E. R.A.; BOTELHO, R. U. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 59-96.